

**A ANTIGUIDADE DE
ALGUMAS LOCALIDADES
DO AGRESTE CENTRAL E O
FENÔMENO DO
APAGAMENTO
TOPONÍMICO**

**THE ANTIQUITY OF SOME LOCALITIES IN THE CENTRAL HINTERLAND AND
THE PHENOMENON OF TOPONYMIC ERASURE**

Ciências Humanas • 10/03/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/773119302](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/773119302)

Fábio Miranda Rodrigues Miron

RESUMO

Caruaru, município de expressiva relevância política e econômica no interior de Pernambuco, consolidou-se historicamente como núcleo articulador do Agreste central, exercendo influência regional por meio de atividades agropecuárias e redes comerciais estruturadas desde o período colonial. Nesse contexto, a toponímia assume papel fundamental na preservação da memória histórica, uma vez que os nomes atribuídos a rios, riachos, serras, sítios e fazendas refletem processos de ocupação territorial, relações fundiárias e referências socioculturais. O presente artigo objetiva constatar, a partir da análise de fontes primárias dos séculos XVIII e XIX, a ocorrência de permanências, alterações e desaparecimentos toponímicos em localidades do município de Caruaru, destacando o fenômeno do apagamento toponímico associado à urbanização e à reorganização administrativa do espaço. Como metodologia, emprega-se a leitura comparativa de escrituras de compra e venda, inventários e registros paroquiais, com ênfase nas confrontações territoriais como recurso para identificação geográfica. Os resultados evidenciam coexistência entre topônimos preservados — como rio Ipojuca, Lagoa do Paulista e Taquara — e outros modificados ou extintos, como o riacho do Barbosa, já registrado em 1758 como renomeado para riacho do Cipó, o sítio do Salgado, o Lugar do Sítio e o Brejo de João Dias. Destaca-se ainda o topônimo Paú/Paúl/Pahú, documentado de 1759 a 1875, mas desaparecido em décadas recentes, provavelmente absorvido pela expansão urbana. Conclui-se que a mudança toponímica em Caruaru constitui processo histórico contínuo, influenciado por transformações territoriais, econômicas e sociais, e que a documentação histórica se revela instrumento indispensável para reconstituir a paisagem nominativa antiga, contribuindo para a valorização do patrimônio cultural e para a compreensão da antiguidade de localidades do Agreste pernambucano.

Palavras-chave: agreste; apagamento toponímico; Caruaru; fontes primárias; Pernambuco.

ABSTRACT

Caruaru, a municipality of significant political and economic relevance in the interior of Pernambuco, historically consolidated itself as an articulating center of the northern Agreste, exerting regional influence through agricultural and livestock activities and commercial networks structured since the colonial period. In this context, toponymy assumes a fundamental role in the preservation of historical memory, since the names attributed to rivers, streams, mountain ranges, sites, and farms reflect processes of territorial occupation, landholding relations, and sociocultural references. The present article aims to ascertain, based on the analysis of primary sources from the eighteenth and nineteenth centuries, the occurrence of toponymic continuities, changes, and disappearances in localities within the municipality of Caruaru, highlighting the phenomenon of toponymic erasure associated with urbanization and the administrative reorganization of space. Methodologically, a comparative reading of deeds of purchase and sale, probate inventories, and parish records is employed, with emphasis on territorial boundary descriptions as a resource for geographic identification. The results reveal the coexistence of preserved toponyms—such as the Ipojuca River, Lagoa do Paulista, and Taquara—and others that were modified or extinguished, such as the Barbosa Stream, already recorded in 1758 as renamed to Cipó Stream, the Salgado site, the Place of the Site, and the Brejo de João Dias. The toponym Paú/Paúl/Pahú is also noteworthy, documented from 1759 to 1875 but absent in recent decades, likely absorbed by urban expansion. It is concluded that toponymic change in Caruaru constitutes a continuous historical process, influenced by territorial,

economic, and social transformations, and that historical documentation proves to be an indispensable instrument for reconstructing the former nominative landscape, thereby contributing to the appreciation of cultural heritage and to the understanding of the antiquity of localities in the Agreste of Pernambuco.

Keywords: Agreste; Caruaru; Pernambuco; primary sources; toponymic erasure.

INTRODUÇÃO

Caruaru, município de reconhecida relevância política e econômica no interior de Pernambuco, desempenha historicamente papel estratégico na articulação comercial, social e territorial do Agreste central, destacando-se como importante centro de circulação de mercadorias e de integração regional desde o período colonial. Sua posição geográfica privilegiada, associada ao desenvolvimento de atividades agropecuárias e ao fortalecimento de redes comerciais, contribuiu para consolidar a cidade como referência econômica e administrativa no interior pernambucano, exercendo influência sobre diversas localidades circunvizinhas.

Nesse contexto, a toponímia constitui elemento essencial para a preservação histórica e cultural, pois os nomes atribuídos a rios, riachos, serras, sítios e fazendas refletem processos de ocupação territorial, relações de propriedade, práticas produtivas e referências simbólicas transmitidas ao longo do tempo. Contudo, pesquisas documentais demonstram que, em Caruaru, diversos topônimos antigos foram alterados, substituídos ou caíram em completo desuso, fenômeno que pode ser interpretado como um processo gradual de apagamento toponímico. Esse movimento,

frequentemente associado à urbanização, à redefinição administrativa de espaços e às transformações econômicas e fundiárias, compromete a leitura histórica da paisagem e dificulta a identificação de localidades mencionadas em documentos antigos.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo constatar, por meio da análise de fontes primárias dos séculos XVIII e XIX, a ocorrência de mudanças toponímicas em determinadas localidades do município de Caruaru, evidenciando tanto a permanência de alguns nomes quanto o desaparecimento de outros. Busca-se demonstrar que tais alterações não se restringem a simples mudanças linguísticas, mas envolvem perdas relevantes para a memória coletiva e para a compreensão da antiguidade de certos espaços do Agreste central. Além disso, pretende-se ressaltar a importância da documentação histórica como instrumento para reconstituir a nomenclatura original dessas localidades, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural regional e para a valorização do patrimônio histórico vinculado ao território.

ALGUNS TOPÔNIMOS DE CARUARU QUE TIVERAM SEUS NOMES MODIFICADOS COM O PASSAR DO TEMPO

As pesquisas documentais acerca da mudança de topônimos na região do município de Caruaru, no Agreste central de Pernambuco, evidenciam, em diversos casos, alterações na nomenclatura de sítios e cursos d'água, como riachos. Tais modificações podem ser constatadas em fontes primárias que, devido ao caráter descritivo das localidades mencionadas, constituem registros fundamentais para a identificação da toponímia antiga e para a comprovação de sua transformação ao longo do tempo.

Entre as fontes documentais mais relevantes para estudos toponímicos destacam-se as escrituras de compra e venda de terras, uma vez que, por sua natureza jurídica e descritiva, registram com precisão as confrontações das propriedades negociadas. Tais confrontações são frequentemente indicadas por múltiplos referenciais geográficos, incluindo o nome dos possuidores das terras limítrofes, a designação de lugares, sítios ou fazendas, bem como elementos naturais do território, como riachos, rios, serras e lagoas. Dessa forma, esses documentos constituem material privilegiado para a identificação de topônimos antigos, a reconstrução de paisagens históricas e a análise de permanências ou mudanças na nomenclatura geográfica ao longo do tempo.

Documentos produzidos no século XVIII, referentes à região estudada, representam um recorte temporal significativo de uma cultura toponímica específica, cujos nomes, quando lidos na contemporaneidade, apresentam dificuldades de interpretação e de correlação com a geolocalização atual. Esse processo de mudança, motivado por fatores diversos, pode ser observado nos documentos apresentados a seguir:

1758 – Riacho do Barbosa e Sítio do Salgado – Riacho e fazenda mencionados na escritura de compra e venda do sítio Taquara, pertencente a Antônio Vieira de Mello, negociado em 22 de maio de 1758 com o comprador Christóvão de Mello e Macedo. A descrição das confrontações da propriedade, registrada no documento, informa:

*[...] o qual partilha, da parte do poente, com o **sítio do Salgado**. A saber: faz baliza no riacho Salgado, aonde de presente passa a estrada, pelo dito riacho Salgado acima, no rumo do sul, até encontrar, digo, do sul, buscando a sua nascente, até encontrar com a serra da Taquara; e vira, seguindo a serra pela parte do nascente, logrando todas as vertentes que da dita serra desce, buscando o rio de Ipojuca; e assim, seguindo a serra, até confrontar-se a ponta com a Lagoa do Paulista, buscando as nascentes do **Riacho do Barbosa**, que agora se intitula de Cipó, continuando por ele abaixo até aonde o dito riacho faz barra no rio de Ipojuca; e, passando à outra banda, terá duas léguas de beirada da parte do norte; e, seguindo este rumo para a parte de cima, buscará um serrote que visivelmente se vê e se avista quem vai pela estrada; e deste serrote voltará para a parte do sul, buscando a passagem do riacho Salgado, donde primeiro se principiou [...] (Escritura de venda do sítio Taquara, 1758, p. 9).*

O primeiro topônimo identificado, o riacho do Barbosa, já havia sofrido alteração nominal em 1758. Embora o documento não esclareça as razões dessa mudança, registra de forma explícita o abandono da nomenclatura anterior, indicando que o curso d'água passou a ser denominado riacho do Cipó.

O segundo topônimo, a fazenda ou sítio do Salgado, conforme se depreende do contexto das confrontações descritas na escritura,

teria recebido tal denominação, provavelmente, em razão da passagem do riacho Salgado por suas terras. O documento informa que a fazenda do Salgado confrontava, a leste, com o sítio Taquara, objeto da negociação, o que permite inferir sua localização aproximada no espaço atual. Essa possibilidade é reforçada pela permanência do topônimo Taquara, ainda identificado na região, ao passo que as terras situadas a poente, anteriormente referidas como fazenda ou sítio do Salgado, não conservam mais tal denominação nos tempos presentes.

Por fim, observa-se que diversos outros referenciais geográficos mencionados no manuscrito, como o rio Ipojuca, a Lagoa do Paulista e a própria fazenda da Taquara, resistiram à passagem do tempo, mantendo seus respectivos topônimos, o que evidencia a coexistência, em uma mesma fonte documental, de nomes preservados e de nomenclaturas já modificadas.

1759 – Paú / Paúl / Pahú – A localidade denominada sítio do Pahú é mencionada na inquirição instaurada em 1759, decorrente das queixas formuladas por moradores do Ararobá contra Antônio Vieira de Mello, na qual foram ouvidas diversas testemunhas. Entre elas, a sétima testemunha, Gabriel da Fonseca Leal, declarou residir no referido sítio, constituindo relevante evidência documental da existência e do uso desse topônimo já no século XVIII.

Gabriel da Fonseca Leal, homem branco, casado, morador no sítio do Pahú, termo do sertão do Ararobá, Comarca de Pernambuco, que vive de criar gados, de idade que disse ser de oitenta anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos (QUEIXAS DOS MORADORES DO SERTÃO DO ARAROBÁ, 1759, s.f.)

À primeira vista, contudo, não é possível inferir com precisão que tal localidade corresponda à área atualmente integrada ao espaço urbano do município de Caruaru, sobretudo diante das transformações territoriais e administrativas ocorridas ao longo do tempo.

A identificação geográfica mais consistente do sítio torna-se viável mediante o cruzamento dessa fonte com documentação posterior. No inventário de José Alves Pereira, datado de 1875, o inventariado é referido como morador no sítio Paúl ou Pahú, e o então juiz municipal de órfãos suplente em exercício, João Vieira de Mello e Silva, registra expressamente que a localidade situava-se na cidade de Caruaru.

Mande a qualquer oficial de justiça deste juízo, a quem for este apresentado, indo por mim assinado, que vá ao lugar denominado Paul desta cidade, e intime a viúva do finado José Alves Pereira, a fim de comparecer perante este juízo [...] (INVENTÁRIO DE JOSÉ ALVES PEREIRA – 1875, capa, s.f)

Assim, a comparação entre as fontes permite não apenas confirmar a permanência do topônimo ao longo de mais de um século, mas também indicar a incorporação gradual dessa antiga localidade rural ao perímetro urbano caruaruense, evidenciando transformações territoriais e possíveis processos de redefinição toponímica.

Entretanto, em décadas recentes, tal denominação deixou de ser empregada, provavelmente em decorrência do avanço da expansão urbana de Caruaru, que absorveu progressivamente a área anteriormente identificada como sítio do Pahú. Em razão desse processo, não é possível, até o presente momento, determinar com exatidão a localização do referido sítio no espaço geográfico atual.

1780 – Sítio / Lugar do Sítio – A localidade de Caruaru compreendida, atualmente, entre o cruzamento da BR-104 com a BR-232 e as imediações do Distrito Industrial abrange áreas correspondentes a bairros como Caiucá, Kennedy, Vila do Aeroporto e o próprio Distrito Industrial. A principal via dessa região, hoje denominada Avenida Leão Dourado, corresponde ao antigo traçado da chamada estrada da boiada, utilizada historicamente por criadores de gado que conduziam seus rebanhos em direção ao

Recife para fins de comercialização. Ressalte-se que o topônimo “Sítio”, ou ainda “Rua do Sítio”, permanece na memória de moradores mais antigos, constituindo vestígio de uma antiga designação local, embora tenha gradualmente desaparecido à medida que o processo de urbanização avançou e novos bairros e ruas foram sendo implantados e oficialmente nomeados. Ao longo de sua extensão, essa via concentrou, no passado, não apenas residências e propriedades rurais, como sítios e fazendas, mas também pontos de comércio de gêneros alimentícios, estabelecimentos de beneficiamento de couro, além de antigas olarias, evidenciando sua relevância econômica e social no processo de ocupação e desenvolvimento urbano da região.

*Aos cinco de fevereiro de mil setecentos e oitenta, no **Lugar do Sítio**, desta freguesia, batizei [...] santos óleos a Antônio, de idade de um mês, mais ou menos, filho de Francisco Bezerra de Vasconcellos, naturais da freguesia de Santo Antão e moradores nos Bezerras. Neto paterno do Capitão Francisco Bezerra de Vasconcellos, natural da fregue[...] Santo An[...], [...]na de Freitas, natural da freguesia da [...] de Marcos de Mendonça de Vasconcellos [...], natural de Santo Antão. Foram [...] e sua mulher Ana Maria [...], de que, para constar, fiz [...] e assinei. (Assento do livro de batismos de Bezerras 1772-1780, img. 146)*

[...] Cura [...]

1790 – Brejo João Dias – Localidade mencionada em uma escritura de ratificação de venda de um pedaço de terras situado na ribeira do

rio Ipojuca, datada de 2 de fevereiro de 1790. O documento, ao tratar das confrontações das terras negociadas, registra que:

*[...] de mansa e pacífica posse de um pedaço de terra na ribeira de Ipojuca, em que compreende os brejos denominados da Mulata, Brejo da Palmeira e **Brejo de João Dias**, as quais dividem na forma seguinte: pela parte do nascente, com terras de Carlos de Azevedo e Miguel Leite; pela do poente, com terras do Carurú, das quais é senhor José de Almeida e outros; pela parte do sul, com terras dos herdeiros de André de Barros; e pela do norte, com as do Sargento-Mor Pedro Pais, as quais houveram por herança de seu pai e sogro Antônio Vieira de Mello [...] (Escritura de ratificação de venda de um pedaço de terras na ribeira do rio Ipojuca, 1790, imagem 85)*

É provável que o topônimo Brejo de João Dias tenha se originado a partir do nome de um antigo morador da região, possivelmente João Dias Calaça, residente na Fazenda do Angelim, área situada no atual município de Caruaru. Observa-se, a partir do documento de ratificação de venda analisado, a presença de referências a localidades do entorno caruaruense que, ainda hoje, preservam sua nomenclatura tradicional, como o Brejo da Mulata e o sítio da Palmeira.

Entretanto, diferentemente desses exemplos, o topônimo Brejo de João Dias parece ter caído em desuso ao longo do tempo, não sendo atualmente reconhecido ou identificado nas imediações das demais

localidades mencionadas, o que sugere uma alteração ou substituição toponímica ocorrida posteriormente.

DISCUSSÃO

A documentação analisada permite observar que o território atualmente compreendido pelo município de Caruaru apresenta, desde o século XVIII, uma dinâmica toponímica marcada tanto pela permanência de determinadas denominações quanto pela substituição gradual ou desaparecimento completo de outras. Esse fenômeno, recorrente em contextos de expansão territorial e transformação socioeconômica, evidencia que a toponímia local não constitui um sistema estático, mas um conjunto de referências suscetível às mudanças impostas pela ocupação humana, pela reorganização administrativa e pela reconfiguração simbólica do espaço. As fontes primárias examinadas, sobretudo escrituras de compra e venda de terras, inventários e registros paroquiais, confirmam que o estudo das confrontações territoriais se mostra um recurso metodológico decisivo para a identificação de topônimos antigos e para a compreensão de seus processos de permanência ou apagamento.

No caso da escritura de 1758 relativa ao sítio Taquara, a descrição minuciosa das confrontações demonstra que certos referenciais geográficos se mantiveram estáveis ao longo do tempo, como o rio Ipojuca, a Lagoa do Paulista e a própria Taquara, indicando que topônimos vinculados a acidentes naturais de maior relevância ou amplitude territorial tendem a apresentar maior resistência à mudança. Em contrapartida, o mesmo documento evidencia uma alteração toponímica já consolidada naquele período, ao registrar que o riacho do Barbosa “agora se intitula de Cipó”. Tal afirmação

constitui evidência direta do processo de substituição nominal, pois explicita o abandono do topônimo anterior e a adoção de uma nova designação. Embora o manuscrito não apresente justificativas, é plausível considerar que mudanças dessa natureza tenham sido motivadas por transformações no uso da terra, pela redefinição de referências locais mais evidentes ou pela consolidação de um novo vocabulário regional associado a características naturais predominantes.

Esse mesmo padrão de coexistência entre permanência e alteração toponímica pode ser observado no caso do sítio Paúl/Pahú, citado em 1759 na inquirição instaurada em decorrência das queixas contra Antônio Vieira de Mello. A declaração de Gabriel da Fonseca Leal como morador no sítio do Pahú confirma a existência e o uso do topônimo na segunda metade do século XVIII, evidenciando sua inserção na cultura nominativa local. Entretanto, a dificuldade de correlacionar essa localidade com o espaço urbano contemporâneo demonstra um dos principais desafios da pesquisa toponímica histórica: a perda progressiva da referência espacial quando o topônimo deixa de ser empregado. O cruzamento com o inventário de 1875, no qual se registra expressamente a intimação “ao lugar denominado Paul desta cidade”, permite estabelecer uma continuidade documental do nome por mais de um século e sugere que a área anteriormente rural passou a integrar gradualmente o espaço urbano de Caruaru. Ainda assim, a ausência de menções atuais ao topônimo indica que o processo de expansão urbana e de redefinição administrativa contribuiu para seu apagamento, dificultando a localização exata do antigo sítio no território contemporâneo.

Fenômeno semelhante ocorre com o topônimo “Lugar do Sítio”, mencionado em registro paroquial de 1780. A referência documental confirma que a localidade era suficientemente conhecida para figurar como marcador geográfico em contexto eclesiástico, o que revela seu reconhecimento social na época. No entanto, ao ser comparado ao cenário urbano atual, percebe-se que tal designação foi sendo gradualmente substituída por novos nomes atribuídos a bairros e ruas, resultado direto da urbanização e da institucionalização de uma nomenclatura oficial. Nesse caso, observa-se que a mudança toponímica não decorre apenas de fatores naturais ou espontâneos, mas também de intervenções administrativas e da necessidade de organização espacial moderna, que frequentemente substitui nomes tradicionais por denominações formais e padronizadas.

Por fim, o documento de 1790 reforça a lógica seletiva da permanência toponímica ao registrar, simultaneamente, topônimos ainda reconhecíveis e outros desaparecidos. Enquanto Brejo da Mulata e Palmeira persistem na nomenclatura regional, o Brejo de João Dias parece ter caído em desuso, tornando-se desconhecido na geografia atual. A provável origem antropotoponímica dessa denominação — associada a um indivíduo identificado na tradição local — sugere que topônimos derivados de pessoas podem apresentar maior vulnerabilidade ao esquecimento, sobretudo quando as famílias associadas deixam de ocupar diretamente o espaço, quando ocorre fragmentação de propriedades ou quando a memória comunitária passa a privilegiar outros referenciais. Assim, o desaparecimento do Brejo de João Dias pode ser interpretado como consequência de mudanças de posse, reestruturação fundiária ou redefinições administrativas que alteraram os marcos nominativos empregados no cotidiano.

Em conjunto, os exemplos analisados permitem compreender que a mudança toponímica no território caruaruense não se configura como evento isolado, mas como um processo contínuo, influenciado por fatores múltiplos, como reorganizações de propriedade, transformações econômicas, crescimento populacional, urbanização e substituição de referências culturais. Além disso, os dados evidenciam que o apagamento de topônimos representa perda significativa para a história local, pois compromete a identificação de antigas localidades mencionadas em fontes primárias, dificulta a reconstrução da paisagem histórica e fragiliza a compreensão das formas de ocupação territorial. Dessa maneira, a análise comparativa entre documentos históricos e a realidade contemporânea demonstra a relevância da pesquisa toponímica como instrumento de preservação cultural, contribuindo para resgatar denominações esquecidas e para reafirmar a antiguidade histórica de localidades que, embora absorvidas pelo espaço urbano atual, constituíram referências fundamentais na formação do município de Caruaru.

CONCLUSÃO

A partir da análise documental apresentada, conclui-se que a região de Caruaru, no Agreste central pernambucano, passou por um processo contínuo de transformação toponímica, já perceptível em fontes primárias do século XVIII. As evidências observadas em escrituras de compra e venda, inventários e registros paroquiais permitem comprovar, de forma objetiva, tanto a permanência de determinados topônimos — como rio Ipojuca, Lagoa do Paulista e Taquara — quanto a alteração ou desaparecimento de outros, a exemplo do riacho do Barbosa, explicitamente renomeado como riacho do Cipó, bem como do sítio Paú/Paúl/Pahú, cuja denominação permaneceu documentada por mais de um século,

mas que deixou de ser mencionada em décadas recentes, provavelmente engolida pela expansão urbana, do antigo Lugar do Sítio, progressivamente apagado pela urbanização, e do Brejo de João Dias, cuja referência deixou de ser reconhecida no espaço contemporâneo. Tais ocorrências confirmam que a mudança toponímica constitui um fenômeno histórico recorrente, associado a dinâmicas sociais, econômicas, administrativas e territoriais, como alterações de posse, reorganizações fundiárias, redefinições urbanas e reconfigurações simbólicas do território.

Diante disso, ressalta-se que os topônimos não representam apenas designações utilitárias, mas sim marcos de memória coletiva, capazes de preservar informações sobre antigas ocupações, relações sociais, práticas econômicas e elementos naturais que compõem a paisagem histórica. A perda ou substituição desses nomes implica um prejuízo direto à história local, pois enfraquece a capacidade de correlação entre o espaço atual e os registros antigos, dificultando estudos genealógicos, investigações fundiárias e reconstruções do processo de povoamento regional. Assim, a valorização e o registro sistemático da toponímia tradicional configuram uma forma relevante de preservação cultural e patrimonial, contribuindo para a salvaguarda da identidade histórica do território e para o fortalecimento da compreensão sobre a formação social e geográfica do município de Caruaru.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESCRITURA DE RATIFICAÇÃO DE VENDA DE UM PEDAÇO DE TERRAS NA RIBEIRA DO RIO IPOJUCA (1790). Familysearch. Arquivo Orlando Cavalcanti. Disponível em:

<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33S7-9553-9LPY?cat=olib%3A2058221&i=84&lang=pt>. Acessado em 14FEV2026.

ESCRITURA DE VENDA DO SÍTIO TAQUARA (1758). Familysearch. Arquivo Orlando Cavalcanti. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33S7-95GZ-L51?cat=olib%3A2058221&i=52&lang=en>. Acessado em: 12FEV2026.

INVENTÁRIO DE JOSÉ ALVES PEREIRA (1875). Arquivo dos Inventários de Caruaru do Laboratório de Pesquisas em História LAPEH, UFPE Recife.

LIVRO DE REGISTRO DE ÓBITOS DA MATRIZ DE SÃO JOSÉ DOS BEZERROS. Período entre 1772 e 1793. Acervo da Cúria Diocesana de Caruaru, Pernambuco, Brasil.

QUEIXAS DE MORADORES DO SERTÃO DO ARAROBÁ CONTRA ANTÔNIO VIEIRA DE MELLO (1761). Projeto Resgate do Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_015, Cx. 96\Doc. 7571 (1) Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE&Pesq=ant%c3%b4nio%20vieira%20de%20melo&pagfis=72142. Acessado em: 14FEV2026.